

Escravidões e dinâmicas de mestiçagens em sociedades ibéricas na Idade Moderna (séculos XV – XVIII)

Slaveries and Dynamics of Miscegenation in Iberian Societies during the Early Modern Period (15th – 18th Centuries)

Jonis Freire¹

jonisfreire@id.uff.br

<https://orcid.org/0000-0002-2200-9319>

PÉREZ GARCÍA, Rafael M.; FERNÁNDEZ CHAVES, Manuel F.; PAIVA, Eduardo França (coord.). 2020. *Tratas, esclavitudes y mestizajes: una historia conectada, siglos XV-XVIII*. Sevilla, Editorial Universidad de Sevilla.

Tratas, esclavitudes y mestizajes: una historia conectada, siglos XV-XVIII é mais um dos excelentes resultados de um longo e profícuo diálogo entre pesquisadores da Universidade Federal de Minas Gerais e da Universidade de Sevilla. Os coordenadores da obra, Eduardo França Paiva, Rafael Pérez García e Manuel Fernández Chaves, têm longa tradição nos estudos sobre tráficos, escravidões e mestiçagens no período moderno, e a obra em questão demonstra a solidez de um campo de pesquisa muito importante para a historiografia. A história conectada, fio condutor das quatro partes do livro, possibilita adensar o conhecimento das conjunturas e dos processos em torno desses grandes temas que tiveram, no momento de expansão dos impérios Português e Espanhol, dinâmicas diversas no tempo e no espaço.

Tratas, esclavitudes y mestizajes consolida e traz contribuições significativas e inovadoras de pesquisadores de diversas instituições sobre os tráficos, as escravidões e as mestiçagens, entre os séculos XV e XVIII, e que contemplam análises sobre a Europa, Ásia, América e África. A obra está dividida em quatro partes, com 22 capítulos: *Tratas Negreras en el Atlántico; Tratas de Berberiscos y Moriscos; La Esclavitud en las Sociedades de la Península Ibérica e Esclavitud y Dinámicas de Mestizaje en América y Asia*. Em seu conjunto demonstram a relevância de instituições como o Estado e a Igreja; de sujeitos de diversas cores/qualidades; estatutos jurídicos e sociais e sua atuação na manutenção e ampliação dos tráficos, das escravidões e das mestiçagens na Idade Moderna. Um dos aspectos que chama a atenção na coletânea diz respeito às diversas e instigantes fontes utilizadas pelos autores, da mesma forma que a vasta e diversificada bibliografia. Ambos propiciam aos pesquisadores que se interessam pelos temas discutidos um excelente compêndio teórico-metodológico e historiográfico.

As histórias dos tráficos, das escravidões e das mestiçagens no mundo Ibero-Americano, conectando as duas margens do Atlântico, têm sido cada vez mais estudadas, o que se reflete na historiografia sobre essas questões, e um ex-

¹ Universidade Federal Fluminense. Instituto de História. Rua Prof. Marcos Waldemar de Freitas Reis, Bloco O, Campus do Gragoatá, Niterói/RJ, 24210-201, Brasil.

celente exemplo é essa publicação. Outro aspecto bastante relevante, sobretudo para os estudiosos brasileiros, são os capítulos que abordam recortes cronológicos e geográficos, como destacado por alguns autores do livro, ainda pouco estudados, principalmente os relativos aos tráficos, às escravidões e às mestiçagens em sociedades ibéricas.

Na primeira parte, *Tratas Negreras en el Atlántico*, o foco está no comércio de escravos. São quatro pesquisas que trazem aspectos ainda pouco conhecidos sobre os tráficos, as rotas, os comércios e os comerciantes, demonstrando uma complexa e bem articulada rede de abastecimento de mão de obra escrava entre a Península Ibérica e suas ilhas, África e América. Arlindo Manuel Caldeira, em *O tráfico de escravos na costa ocidental africana nos séculos XV e XVI. Primeiras viagens, estratégias de exploração, papel dos arquipélagos de Cabo Verde e de São Tomé e Príncipe*, aborda as origens do comércio de escravos na costa ocidental africana e a importância dos arquipélagos de Cabo Verde e São Tomé e Príncipe. Para o pesquisador, aquele foi um período de triunfo do comerciante da Época Moderna e uma atuação de cumplicidade das autoridades locais africanas no “tráfico internacional” de escravos, no qual se entrelaçavam, principalmente, interesses de venezianos, genoveses, portugueses e africanos. Arlindo Manuel assevera que o estabelecimento do comércio, inclusive o negreiro, no processo de reconhecimento do território africano foi significativo, com destaque à atuação das diversas “feitorias” – Mina, Benim, Senegal e Serra Leoa. O fracasso na instalação da maioria dessas feitorias propiciou o incremento das ilhas de Cabo Verde e do arquipélago de São Tomé e Príncipe como relevantes entrepostos no comércio de escravos ligando África, Europa e América, até serem gradativamente substituídas por outros espaços devido a uma “intensa e diversificada” concorrência internacional. Em *La figura del “negreiro total” en la trata atlántica de esclavos: Pedro de Murueta, Juan de Echagoya y los navegantes vascos del siglo XVI*, Javier Ortiz Arza identifica, a partir dos vínculos entre comerciantes/negociantes “vascos”, uma série de perfis e de formas de participação nas atividades negreiras com as “Índias de Castilla”. O capítulo põe em evidência o protagonismo dos navegantes no desenvolvimento das rotas comerciais atlânticas, quando o escravo negro adquiria um peso cada vez maior enquanto mercadoria. No entanto, para além de um “negreiro total”, ou seja, um indivíduo que assumia integralmente todas as diferentes fases do negócio, havia formas de participação de outros sujeitos, como “el beneficiário de licencias, el trasportista, el navegante-comerciante y finalmente el emprendedor”. O caráter complexo da atividade negreira favoreceu a aparição e a atuação de distintos perfis de sujeitos ligados aos circuitos comerciais atlânticos e com interesses muito variados.

No capítulo seguinte, *Bajo el sollado: traslado de esclavos de Tenerife a Indias (segunda mitad del siglo XVII)*, Manuel de Paz-Sánchez e Consuelo Naranjo Orovio abordam o transporte de escravos de Tenerife ao Novo Mundo, sobretudo a “La Habana”. A ilha de Tenerife foi, devido a fatores geográficos, meteorológicos, econômicos e políticos, outro espaço de reexportação de força de trabalho escrava. Chama a atenção nesse comércio a quantidade de cativos enviada às Índias, que, de acordo com os autores, era oriunda principalmente de um comércio com pequenas quantidades – “al menudeo” – de escravos, “africanos e criollos”, muitas vezes transportados em pequenos lotes como um privilégio dado aos capitães e mestres de navios ou transportados de maneira clandestina, contínua e sistemática para a América. Este comércio “al menudeo”, em especial o ilegal, demonstra uma intrincada e organizada rede de comércio ligando distintos pontos do Atlântico. Outrossim, foi de extrema importância para o povoamento e as mestiçagens na América. Em seguida, em *“Dibiendo ser gravosa esta negociación, por tener que comprar negros de ultima mano”: Cartagena de Indias en la primera época del comercio libre de esclavos, 1791-1797*, José Luis Belmonte Postigo analisa a maneira como foram obtidos os escravos, a partir de uma coalização entre mineiros, comerciantes e Igreja, quando houve um incremento da atividade mineradora da prata na região do “Pacífico Neogranadino”. Um dos aspectos principais do capítulo é o de demonstrar o papel do porto de Cartagena como centro (re)distribuidor de escravos e sua importância nas redes comerciais pelo interior e de tipo “intra-caribeño”. Os embates ocorridos, sobretudo entre Espanha e Reino Unido, são um tópico destacado nas análises do autor já que influenciaram o comércio negreiro. O capítulo destaca o comércio de escravos como um instrumento político. Sua liberalização e ampliação geográfica tornavam possível, por um lado, pacificar os índios e, por outro, de ativar os setores econômicos altamente produtivos. O porto de Cartagena, apesar de sua pouca integração com o comércio atlântico de escravos, foi fundamental na (re)distribuição de cativos oriundos de regiões como Havana e Jamaica.

Na segunda parte do livro, *Tratas de Berberiscos y Moriscos*, o tráfico continua como eixo analítico, no entanto, o olhar dos textos volta-se para o Mediterrâneo ocidental e o sul da Península Ibérica entre os séculos XVI e XVII, momento em que os conflitos com o Islã propiciaram intensa atividade predatória e a escravização de homens e mulheres de diversas “cores/qualidades”, como, por exemplo, “esclavos loros, negros, moriscos, mulatillos, mulatos, blancos y morenos”. A demografia do comércio de escravos, analisando rotas ainda pouco conhecidas pelos pesquisadores, é uma considerável ferramenta nas análises. Rafael M. Girón Pascual, *La ruta berberisca. Cabalgadas*,

comercio y redes de la trata de esclavos entre el Norte de África y el Sur de Castilla (1550-1620), analisa o comércio, as redes de tráfico e a relevância das “cabalgadas o razzias” na comercialização de escravos. Essas últimas, desde os tempos medievais, eram formas tradicionais no enriquecimento dos envolvidos com a escravização e o tráfico de milhares de berberiscos e o consequente esfacelamento de comunidades muçulmanas ou seus correligionários. As rotas desse comércio iniciavam-se em grande parte do norte da África e continuavam por vários portos do sul de Castilla, até chegar ao seu destino nas cidades e vilas do interior castellano. Diversos indivíduos – nobres, judeus, militares – participaram da atividade, tanto no comércio de escravos capturados nas “cabalgadas” quanto no transaariano. Rafael Pascual baseia-se na trajetória de um indivíduo que serve como fio condutor para entender a atuação de outros sujeitos no tráfico de berberiscos. São dados exemplos de companhias comerciais de mercadores de escravos que negociavam com pessoas do norte da África em uma atividade que se mostrou um grande negócio para a nobreza. Ainda que o tráfico de berberiscos não tenha alcançado as mesmas cifras do comércio atlântico, houve uma significativa entrada de escravos, sobretudo cativos do norte da África nos mercados do Sul de Castilla. Em seguida, Jesús García Ayoso, em *La esclavitud en las fuentes fiscales señoriales de la Andalucía atlántica (siglos XV-XVII)*, analisa, de um ponto de vista fiscal e econômico, a importância da escravidão de origem muçulmana na Andaluzia. A escravidão foi bastante rentável e as fontes fiscais contêm abundantes dados sobre o papel que os cativos tiveram para a economia senhorial. Nessa região, as atividades do comércio de escravos, por meio da organização das “cabalgadas”, em busca de cativos ao norte da África, também se fizeram presentes e eram prática habitual. Nas análises do pesquisador, a busca de cativos de origem muçulmana para serem empregados como mão de obra possibilitou para as populações costeiras, em contínuo contato com o Islã, diversificar sua economia. Os grandes senhores que controlavam as zonas costeiras estavam atentos a essa atividade, que lhes possibilitava consideráveis benefícios econômicos e fiscais na região da “Andalucía Atlántica”. No capítulo seguinte, *El Almirante de Castilla, don Fadrique Enríquez de Cabrera y la reclamación del medio quinto del valor de una cabalgada realizada por armadores malagueños*, Luis Parejo Fernández descreve como, em fins da Idade Média, Castilla era o principal dos reinos espanhóis que mantinha relações com regiões situadas na “Berberia” – norte da África. Dentre vários aspectos destacavam-se: a proximidade geográfica, a ideia de cruzada que motivava os cristãos na luta contra os infiéis e as atividades econômicas comerciais e predatórias. Durante o século XVI, piratas berberiscos e cristãos espanhóis realizavam razzias nas

costas espanholas, capturando um expressivo número de pessoas, que eram vendidas como escravas ou libertadas a partir do pagamento de grandes somas em dinheiro. A presença de mouros cativos em Málaga de fins do século XV e princípios do XVI foi pouco destacada, apesar de ter sido um porto estratégico, já que fazia a conexão entre o ocidente e o oriente. O mercado de escravos de Málaga foi o principal do reino de Granada devido à sua proximidade geográfica com o norte da África, e, de acordo com o pesquisador, eles foram capturados durante a conquista de Granada (1492), na guerra de “las Alpujarras” (1568) e durante as “cabalgadas” acontecidas no norte da África. A Coroa teve papel no incentivo à empresa escravista. Já em *Compradores, vendedores, propietarios. Los mercados esclavistas del reino de Granada tras la rebelión morisca de 1568: de la “democratización” a la “oligarquización”*, Carlos Javier Garrido García destaca a rebelião de “moriscos”, em Granada, originada em “las Alpujarras” (1568). Esse foi um evento primordial para a história do comércio de escravos naquele reino, pois uma de suas consequências foi a escravização dos “moriscos” sublevados, levando a ampla discussão nas instâncias superiores eclesiásticas e políticas da Coroa. A escravização era possível para os infiéis, no entanto, os “moriscos” sublevados eram cristãos já há algum tempo. A solução foi a de, já em 1569, possibilitar a escravização daqueles que cometessem crimes de “lesa magestad divina y humana”, exceção feita aos meninos menores de 10 anos e meio e às meninas de 9 anos e meio, que seriam administrados por cristãos velhos para serem educados na fé e cultura castelhanas. Garrido García aponta hipóteses sobre a dinâmica do mercado escravista bem como a atuação de diversos sujeitos, sobretudo compradores e vendedores, fazendo uma sugestiva diferenciação entre esses e os proprietários “definitivos” dos cativos. Por trás de uma aparente “democratización” na utilização da mão de obra cativa, o que havia era uma concentração que beneficiava grupos dominantes, denominada por ele de “oligarquización”. Encerrando essa parte, Manuel F. Fernández Chaves e Rafael M. Pérez García analisam a questão dos *Mercados Almerienses de esclavos moriscos y procesos de dispersión geográfica*. O capítulo traz, a partir do estudo sobre a cidade de Almeria (c. 1569 – c. 1570), um interessante debate sobre o início da escravização na Península Ibérica, tema ainda pouco estudado ou que vem passando por uma renovação historiográfica nos estudos sobre o comércio de escravos. Por meio de uma sólida abordagem econômica e demográfica da escravidão (análises de preços, distribuição, preços médios, etc.), analisam de maneira pormenorizada os agentes envolvidos na “trata esclava” – compradores, vendedores, escravos, proprietários. Os pesquisadores reconstróem a história do processo de captura e escravização de “moriscos” no período da

guerra de Granada e a conseqüente exportação desses cativos em variados mercados regionais, como Múrcia e Valência, e mesmo para rotas fora dos domínios espanhóis.

A Parte III do livro, *La esclavitud en las sociedades de la Península Ibérica*, é composta por cinco capítulos. O de Ana Sofia Ribeiro, *Vivência social escrava no interior português quinhentista: Évora, uma primeira abordagem comparativa*, analisa a Évora quinhentista, comparando-a com outras duas importantes cidades portuguesas, Porto e Lisboa. Diferentemente dessas, Évora não estava voltada para o Atlântico e nem mesmo para o tráfico atlântico; no entanto, também utilizava a mão de obra cativa nos mais diversos setores de atividades e, do ponto de vista demográfico, social e econômico, guardava muitas similitudes com as outras duas cidades portuguesas. A autora discute a integração e a presença social dos escravos. Seu objetivo é o de compreender se, no interior português, havia discriminação e/ou assimilação social *vis-à-vis* as comunidades do litoral consideradas, “pela historiografia”, mais propensas ao elemento estranho e à diferença. O capítulo apresenta análises sobre: o peso demográfico das comunidades escravas; a participação dos proprietários de cativos e suas principais ocupações nas sociedades do litoral e do interior; as vivências sociais escravas, de maneira a abordar as dinâmicas de inclusão e exclusão naquelas sociedades, buscando perspectivas comparativas a fim de demonstrar que o elemento escravo era comum no cotidiano da sociedade portuguesa quinhentista. A contribuição de Víctor José Rodero Martín, *La situación jurídica del esclavo tras la muerte del dueño: los testamentos en la Córdoba de Felipe II (1556- 1598)*, trata de Córdoba, cidade que se localizava mais distante da costa e não recebia, constantemente, grandes quantidades de escravos provenientes do tráfico negreiro. No entanto, possuía um expressivo número de cativos provenientes do continente africano. Víctor Martín analisa a questão por meio dos testamentos que traziam, nas últimas vontades dos senhores, uma série de informações a respeito das relações escravistas. Variáveis demográficas são discutidas e permitem conhecer múltiplas características acerca dos senhores e dos escravos. Víctor Martín discute a situação dos escravos após a morte de seus senhores, apontando que se apresentavam basicamente, pelos testamentos, três situações possíveis sobre o seu estatuto jurídico: permanência na escravidão, liberdade condicional e a liberdade plena. Por trás dessas situações, o pesquisador aborda várias histórias que demonstram, principalmente a partir da análise dos documentos, expectativas e estratégias em torno da escravidão e da liberdade. No próximo capítulo,

La esclavitud ante la justicia del Rey: el caso de la Chancillería de Granada (ca.1577-1700), Javier Fernández Martín demonstra como a história da escravidão, durante a Idade Moderna, encontrava-se vinculada com a “conflictividade”. Nesse sentido, a justiça teve papel fundamental na resolução de diversas dessas confrontações, garantindo “direitos” salvaguardados para os interesses de uma oligarquia urbana e rural e para a resolução de demandas de escravos e libertos, como, por exemplo, pleitos de liberdade nos quais fica evidente o protagonismo de escravos e libertos. Em *Una aproximación a la población esclava: la collación de Santa Ana de Sevilla (1620-1634)*, María Grove Gordillo, por meio de fontes paroquiais – batismos (incluindo escravos adultos e crianças, livres, filhos de escravos e expostos) –, buscou uma aproximação à população cativa na paróquia de Santa Ana de Triana. A pesquisadora sinaliza para as possibilidades de combinar/cruzar fontes paroquiais diversas, uma metodologia ainda pouco utilizada para os estudos da escravidão na região pesquisada. O estudo apresenta diversas variáveis demográficas (sexo, condição, total de batismos, etc.), mostrando tendências sobre a população cativa no período estudado. Utilizando o método do intercruzamento de fontes, a autora reconstruiu relações familiares com o intuito de conhecer dimensões da vida dos escravos e constatou, por meio do batismo, que a população cativa representava um percentual significativo entre os habitantes de Triana e que as relações familiares foram muito vitais no cotidiano daquela população escrava. *Lebrija en la primera mitad del siglo XVI: demografía y esclavitud* é o capítulo de Sara Jarana Vidal. Utilizando os registros paroquiais de batismo, a pesquisadora analisou a situação dos escravos na vila de Lebrija. O período estudado corresponde ao esplendor da escravidão, do desenvolvimento e crescimento da vila. Apresentando análises demográficas sofisticadas, o texto possibilita vislumbrar a dinâmica da escravidão na localidade estudada.

Na quarta e última parte do livro, *Esclavitud y Dinámicas de Mestizaje en América y Asia*, temos oito contribuições aos estudos sobre escravidão nos quais o conceito de “dinâmicas de mestiçagens”² é um dos aspectos fulcrais das análises. Em *De los “Eingleiz de la Terre” a los “Anglo-Indians”. Representaciones de alteridad e identidades propias de sectores mezclados en los mundos coloniales (siglos XIV al XIX)*, Alejandro E. Gómez apresenta as primeiras abordagens com ênfase nos setores intermediários “mezclados bioculturalmente”. Para o autor, diversas conjunturas propiciaram os conhecimentos acerca dos territórios ultramarinos e suas populações, e, por consequência, a questão da alteridade e suas percepções foi um

² Sobre esse conceito: PAIVA, Eduardo França. 2015. *Dar nome ao novo: uma história lexical da Ibero-América, entre os séculos XVI e XVIII (as dinâmicas de mestiçagens e o mundo do trabalho)*. Belo Horizonte, Autêntica.

aspecto importante para os contatos e as mesclas em espaços de fronteira. As diversidades culturais e bioculturais propiciaram uma miríade de categorias sociorraciais. As experiências coloniais em escala regional e transregional marcaram de maneira bastante forte as percepções sobre as mesclas. Esses diversos contextos permitem identificar dois grandes giros de alteridade sobre os setores mesclados cultural ou bioculturalmente: o primeiro nos mundos coloniais católicos baseados, sobretudo na “pureza de sangue”; o segundo, de natureza mais “tipológico-essencialista”, teria surgido nas sociedades escravistas antilhanas, do sul dos Estados Unidos até a Índia e a Nueva Francia. A contribuição de Isnara Pereira Ivo, *Permanencias y continuidades de las ideas fisionómicas en los criterios de identificación de los hombres de camino. Minas Gerais, Brasil. Siglo XVIII*, discute as ideias, permanências e práticas fisionômicas no mundo colonial moderno. Elas foram utilizadas como critérios de identificação e classificação das pessoas, o que pode ser vislumbrado na análise de diversas fontes e manuscritos. Nesse sentido, os processos de encontros culturais são importantes para as análises da pesquisadora. Desta maneira, Ivo repensa o conceito de cultura destacando o perigo de se pensar em uma cultura única, homogênea. A compreensão dos termos/palavras e conceitos usados no passado para identificar, hierarquizar e classificar os indivíduos é essencial para a análise da pesquisadora. As representações fisionômicas eram representações dos contatos e das múltiplas vivências produzidas por movimentos de ideias e portadoras de um “caleidoscopio de formas de identificación y clasificación de ‘lo otro’ mediante criterios muy diferenciados”. Na sequência, *Los mestizajes y las mediciones culturales en los espacios de la India Portuguesa (siglos XVI y XVII)* insere-se nos debates sobre os processos de mestiçagens na Idade Moderna, demonstrando como eles foram múltiplos e diversos. Ana Paula Sena Gomide demonstra como na Índia Portuguesa essas dinâmicas foram diferentes das vividas na Ibero-América. Gomide analisa as conexões e as experiências sociais resultantes das dinâmicas de mestiçagens – biológicas e sociais ocorridas no início da formação daquela região. A pesquisadora procura entender tanto a conformação da nascente sociedade indo-portuguesa quanto suas relações com as populações locais no quadro da formação do império português no Oriente, no qual a religião teve papel fundamental. Já Luis Gustavo Molinari Mundim, *Entre invisibilidades y dinámicas de mestizajes: Negros, mulatos y zambos en la Audiencia de Charcas-Potosí y la Plata – siglos XVI y XVII*, discute a questão das mestiçagens em uma sociedade que, segundo ele, era bastante diversa e dinâmica e na qual as interações entre europeus, negros e mulatos e índios se refletiram nas dinâmicas de mestiçagens. Experiências e encontros entre

sujeitos diversos foram abordados com o conceito de “dinâmicas de mestizajes”. O capítulo preocupa-se com a invisibilidade e em demonstrar a presença massiva de negros, mulatos e zambos na região de Charcas. *Esclavitud, dinámicas de mestizaje y familias en Minas Gerais, Brasil* é o capítulo de Eduardo França Paiva, que evidencia a invisibilidade dessa temática nos estudos de História do Brasil, que durante muitos anos viam a falta de laços, as mestiçagens, a anomia e a promiscuidade sexual como a norma nas relações familiares entre os “negros”. A escravidão impossibilitou a eles qualquer tipo de vínculos familiares, fossem consanguíneos ou espirituais. A partir dos anos 1980, essas visões “generalizadoras, reducionistas e simplificadoras” sobre as relações familiares entre escravos, forros, livres e seus descendentes, a partir de uma virada historiográfica, passaram a refutar tais constatações e, ao mesmo tempo, mostraram uma escravidão muito mais dinâmica e complexa do que a dualidade senhores x escravos poderia demonstrar, e, nesse sentido, os estudos sobre as famílias escravas (compostas por indivíduos de estatutos jurídicos diversos) foram fundamentais. Minas Gerais setecentista, região com alguns dos maiores núcleos urbanos do Brasil, constituiu-se como um lócus interessante para as análises do pesquisador acerca da formação das famílias escravas, forras e não brancas. A partir da perspectiva do conceito de dinâmicas de mestiçagens, a documentação analisada auxilia a entender os “agentes” das mestiçagens que não eram mestiços, e aqui, mais uma vez, as famílias, muitas delas matrifocais, foram importantes. Os processos de mesclas culturais e biológicas na Ibero-América foram fulcrais para a formação das ditas sociedades. Um aspecto a ser destacado nas análises do autor é o da diferenciação entre os conceitos de “mestizo” e de “mestizaje”. Havia uma diversidade familiar e as peculiaridades locais foram essenciais para sua formação. Ao longo do capítulo, por meio de estudos de caso, essas múltiplas famílias são apresentadas de modo a montar um mosaico das relações familiares entre os cativos mineiros. A formação das famílias e sua durabilidade foram traços muito comuns e possibilitaram aos seus membros diversos ganhos – econômicos, políticos, culturais e materiais. A formação e o funcionamento dessas famílias são de vital importância para o entendimento da sociedade brasileira setecentista, altamente mesclada a partir das famílias, experiências, solidariedades e conflitos oriundos das relações entre europeus, indígenas, africanos e mestiços. Em *La esclavitud y las dinámicas de mestizajes en la capitanía de Maranhão (siglo XVIII)*, Marcio de Sousa Soares aborda as dinâmicas de mestiçagens no Maranhão colonial. Por meio da análise de testamentos, aborda uma série de características das relações e das dinâmicas de mestiçagens entre senhores, escravos e libertos na capitânia do Mara-

nhão. Eram indivíduos de várias “cores/qualidades”: negros, mulatos, brancos, índios naquela sociedade. Para o autor, a capitania do Maranhão jamais poderia reduzir-se a uma simples divisão entre brancos, negros e índios, já que nem mesmo representava a si dessa maneira ou por parte dos oficiais do Rei de Portugal. No capítulo *El capitán indio Leandro Francisco Pires Farinho. Dinâmicas de mestizajes en Minas Gerais, Brasil (1767-1793)*, Adriano Toledo Paiva analisa o impacto da construção de uma paróquia nas vidas de comunidades nativas em Minas Gerais. Seu objetivo é analisar a inserção das aldeias de índios no mundo colonial e as alterações de seu modo de governo e poder nos contatos culturais nos processos de conquista. Para tanto, estuda o caso de um líder indígena. Articulações políticas e relações de trabalho foram importantes nessas dinâmicas de mestiçagens. Nas análises de Paiva, os projetos políticos dos indígenas se articularam com a lógica das políticas de colonização portuguesas em terras de fronteira. Os índios foram atores políticos de sua própria história e na trajetória das conquistas. Se, por um lado, a ação colonial integrou e submeteu os índios do “sertão”, por outro, eles configuraram um novo domínio ou governo. O capítulo final do livro, de David Barburá G. de M. Ferreira, *Mestizo, pero indio: dinâmicas de mestizajes y moviidades en la capitanía de Pernambuco*, aborda a história de Lázaro Coelho de Eça, um índio que iniciou uma luta para garantir a recepção de títulos, soldos e mercês correspondentes aos serviços prestados por ele e

por seu pai à Coroa Portuguesa. As solicitações feitas por Lázaro ancoravam-se nos méritos, esforços e qualidades pessoais que possuía e no seu caráter ancestral (familiar). A história do índio Lázaro não é extraordinária ou excepcional; o pesquisador afirma que outros processos semelhantes podem ser analisados. Esse personagem insere-se nas abordagens que destacam a relevância das dinâmicas de mestiçagens na América Portuguesa, bem como o papel desempenhado por essa e o das populações indígenas no Brasil colonial.

Nesse livro ficam patentes as conexões entre tráfico, escravidões e mestiçagens na formação das sociedades escravistas Ibero-americanas na Idade Moderna. Os tráficos de pessoas de diversas “cores/qualidades” e as escravidões se complementam e seus efeitos multiplicadores levaram às mestiçagens – culturais e biológicas diversas, e, nesse sentido, o conceito de dinâmicas de mestiçagens constitui um forte aporte para pensarmos a formação, a complexidade e o funcionamento das sociedades escravistas.

O livro ajuda a preencher uma lacuna na historiografia sobre os temas acima elencados e servirá para adensar as pesquisas e o conhecimento que se tem do estágio atual dos debates, o que, para além dos méritos já destacados, demonstra sua relevância como leitura indispensável para novas pesquisas e pesquisadores das temáticas.

Submetido em: 25/10/2021

Aceito em: 16/11/2022